

Metrô vai integrar Paraisópolis à rede de transporte sobre trilhos

Atual gestão retomou obras, esperadas para a Copa de 2014, há três anos

O Governo de São Paulo entregou nesta terça-feira (31) a Linha 17-Ouro do Metrô, que amplia a mobilidade na Região Metropolitana, ligando o Aeroporto de Congonhas à rede metroferroviária, pelas linhas 9-Esmeralda e 5-Lilás. Com investimento de R\$ 5,97 bilhões, o ramal tem 6,7 quilômetros de extensão e deve transportar diariamente cerca de 100 mil passageiros quando atingir a operação plena, prevista para outubro.

Com entrega prevista para 2014, quando o Brasil sediou a Copa do Mundo, as obras foram retomadas em setembro de 2023 pela gestão do governador Tarcísio de Freitas. “Hoje não estamos simplesmente entregando uma linha, estamos encerrando um ciclo de atraso. Durante anos, convivemos com uma estrutura que consumiu recursos e ficou parada. Obra parada não tem valor presente e não ajuda o cidadão. Precisávamos tomar a frente e resolver, não dava para conviver com atraso e aceitar o desperdício. Tínhamos que virar essa página e retomar a confiança. Esse governo veio para trazer a solução. Estamos dando um passo grande hoje, com a interligação do aeroporto de Congonhas ao sistema, tornando essa rede mais conectada”, afirmou o governador.



Kayke Guimarães/Governo Estado SP

Trecho transportará cerca de 100 mil passageiros diariamente

Durante a inauguração, Tarcísio também autorizou a expansão da linha, com mais 4,6 km de extensão e quatro novas estações: Américo Maurano, Vila Paulista, Panamby e Paraisópolis, que integrará pela primeira vez uma das maiores comunidades da capital ao sistema de transporte sobre trilhos. “Concluimos a obra para dar outros passos, com firmeza e responsabilidade. Autorizamos hoje o projeto de extensão para mais quilômetros de linha 17, que leva o metrô a Paraisópolis e

conecta a Linha 4-Amarela”, afirmou.

A implantação da linha traz benefícios sociais e ambientais em uma área de grande população na capital. Além de diminuir o tempo de viagem e estabelecer a aguardada conexão com o aeroporto, o projeto prevê a integração com linhas de ônibus e ciclovias, incentivando deslocamentos sustentáveis.

Nesta fase inaugural, o ramal realizará operação transitória, com transporte de passageiros

disponível de segunda a sexta-feira, das 10h às 15h. Excepcionalmente nesta terça, por conta da cerimônia de inauguração, a Linha 17 vai abrir ao público das 16h às 20h.

A linha começa a funcionar com a circulação de dois trens, com tempo de espera médio entre 7 e 14 minutos, em formato de shuttle (cada composição vai e volta pela mesma via, em ambas as vias), entre o Aeroporto de Congonhas e a Estação Morumbi. As viagens contarão com

a supervisão de funcionários embarcados, procedimento padrão nas novas linhas de metrô.

A operação transitória permite acompanhamento técnico e regulações dos sistemas e a verificação contínua da confiabilidade operacional. O objetivo é garantir segurança e qualidade no atendimento aos passageiros, do início do serviço até a evolução para a operação em tempo integral, das 4h40 à 0h.

O trajeto vai obedecer parada em sete das oito estações da linha: Morumbi (conexão com a Linha 9-Esmeralda), Chucuri Zaidan, Vila Cordeiro, Campo Belo (integração à Linha 5-Lilás), Vereador José Diniz, Brooklin Paulista e Aeroporto de Congonhas.

A estação não estará no funcionamento inicial para não impactar a experiência do passageiro com aumento significativo no tempo de espera, já que essa parada demanda a utilização da bifurcação da linha. A Washington Luís será integrada tão logo a inserção de novas composições permita a redução do intervalo de circulação, o que está previsto para junho deste ano.

Todas as estações da Linha 17-Ouro contam com dois acessos bem integrados ao entorno urbano, facilitando a entrada e a saída dos passageiros.

Documentos vão ao arquivo público do RJ

Arquivo Público RJ

Documentos históricos do antigo prédio do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), no centro do Rio de Janeiro, começaram a ser transferidos nesta terça-feira (31) para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj).

A medida atende a uma recomendação do Ministério Público Federal e busca garantir a preservação de um acervo considerado fundamental para a memória da ditadura militar no país.

A recomendação foi expedida em dezembro de 2025, no âmbito de inquérito civil conduzido pelo procurador regional dos Direitos do Cidadão, Julio Araujo, após a constatação de condições precárias de armazenamento no imóvel histórico. Segundo o procurador, a situação encontrada nas primeiras vistorias era alarmante.

“Havia documentos armazenados em sacos de lixo, acumulados no chão, sem identificação adequada e sem condições mínimas de preservação”, afirmou.

Para ele, a transferência do material representa um passo essencial para garantir o acesso público e a integridade de registros históricos sensíveis.

“A preservação desse acervo é essencial para assegurar o direito à memória, à verdade e à informação. Esses documentos não pertencem apenas ao Estado, mas à sociedade brasileira”, destacou Araujo.

Ao longo das investigações, o MPF articulou uma atuação conjunta com a Secretaria de Estado de Polícia Civil, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Aperj, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) e representantes da sociedade civil. O diálogo resultou na criação, em julho de 2024, do Grupo de Trabalho Dops.

Sob supervisão técnica do Aperj, o grupo realizou o tratamento inicial do acervo, com organização de documentos textuais e bibliográficos e identifi-

cação de materiais de maior relevância histórica, especialmente aqueles que registram perseguições políticas, violações de direitos humanos e práticas de tortura durante o regime militar.

A transferência ocorre em um momento de reforço das políticas de memória no país. Em novembro de 2025, o antigo prédio do Dops, localizado na Rua da Relação, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como patrimônio cultural brasileiro.

A expectativa de movimentos sociais e do próprio MPF é que o local seja transformado em um memorial dedicado às vítimas da violência de Estado, lembrando que durante décadas, o prédio foi símbolo de prisões arbitrárias, interrogatórios e torturas.

Por suas dependências passaram nomes como a médica Nise da Silveira, o ativista Abdias Nascimento e a militante Olga Benário, entre outros perseguidos políticos.



Movimentação atende a recomendação do MPF